

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Conti rechaça LDO 2027 durante sessão que a aprovou

LDO 2027 é aprovada na Câmara sob críticas contundentes

A Câmara Municipal aprovou o projeto que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027 sob forte crítica da esquerda. A oposição contestou os rumos do planejamento e a articulação política para aprová-lo. Uma das manifestações mais contundentes partiu da vereadora Mariana Conti (PSol-SP), que reprovou a postura do parlamento e a transparência da gestão do Executivo. “O PSOL votou contra porque o projeto de LDO é uma peça de ficção, um fingimento: a Prefeitura finge que planeja alguma coisa, finge que consulta os vereadores, e eles fingem que discutiram um projeto que vem do ano anterior. Mas, a verdade é que, ano após ano, o Legislativo é um cartório do Executivo”.

“Balcão de negócios”

Ainda de acordo com a vereadora, “não há transparência porque é de interesse do governo Dário Saadi (Republicanos-SP) fazer o que quer com a cidade”. Pontua ainda que “a Prefeitura de virou um balcão de negócios” e que isso “não é uma questão pontual; é um projeto, que não tem conserto e precisa ser varrido da cidade. A LDO deveria atender às demandas da população, mas não é”.

Câmara Municipal de Campinas



Gaspar, ex-vereador, poupou R\$ 1 mi da Câmara

Direta também reprova

Mas, as críticas não são apenas da esquerda. Em maio, em entrevista ao **Correio da Manhã**, o analista político Paulo Gaspar, declarou que as audiências de LDO: “funcionam mais como uma peça teatral que os vereadores utilizam para enganar a população” porque “o orçamento municipal já está todo comprometido e planejado de acordo com as despesas obrigatórias e com as demandas já pré-determinadas pelos partidos da base governista, para atender suas promessas de campanha em seus redutos eleitorais”.

Status quo

Já para o vereador Luiz Yabiku (Republicanos-SP), da base governista, “a LDO foi amplamente debatida” e atenta “às três grandes metas para o próximo ano: qualidade de vida, desenvolvimento econômico e sustentabilidade”, apresentando “uma visão ampla do direcionamento que a cidade precisa seguir para utilizar da melhor forma os recursos de 2027”.

PINGA-FOGO

Papel municipal

A responsabilidade pública no enfrentamento das doenças respiratórias manifesta-se por ações concretas de prevenção e assistência, e a prefeitura de Campinas cumpre o papel institucional ao disponibilizar imunizantes contra a gripe nos centros de saúde, facilitando o acesso à população.

Dever coletivo

Além disso, a campanha estruturada e divulgação de dados demonstram o esforço em alertar sobre os riscos das infecções. Mas, a eficácia das políticas de saúde depende da adesão popular. A recusa ou a negligência em relação à vacinação anula o esforço do poder público e eleva os índices de morte.

Dados que alertam

A Secretaria de Saúde confirmou mais dois óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave, causadas pelo vírus da gripe, totalizando 202 casos e 15 mortes só este ano. Ambas as vítimas não haviam tomado o imunizante, e a ausência de vacinação é fator comum na maioria dos casos fatais registrados na cidade.

Dados

No ano passado, Campinas contabilizou 561 pessoas com a síndrome e 69 óbitos, sendo que 54 dos mortos não haviam sido vacinados. Atualmente, os índices de cobertura vacinal entre os grupos prioritários permanecem baixos, com idosos atingindo 54,40% e crianças, 41,60%, expondo a comunidade.

Proteção e prevenção

O imunizante protege contra as gripes A e B, podendo ser administrado simultaneamente a outras vacinas do Calendário Nacional. Hábitos diários, como higienização das mãos, ventilação de ambientes e uso de máscaras em caso de sintomas gripais complementam o cuidado.

Consciência cidadã

A vacinação representa um pacto social indissociável, onde a proteção individual se estende ao bem-estar comum. Diante da estrutura disponibilizada e de óbitos evitáveis, a negligência torna-se injustificável. A prevenção efetiva exige que cada cidadão faça a parte que lhe cabe.



Agentes em manifestação na Casa de Leis campineira

GMs criam comissão para tratar com a prefeitura

Líder do governo na Câmara, Haddad (PSD-SP) tenta mediar

Raquel Valli

Guardas Municipais de Campinas criaram uma comissão independente de seis agentes, sendo dois da ativa e quatro da reserva, para negociar reivindicações da categoria com a prefeitura.

A iniciativa ocorreu após a sessão da última segunda-feira (22) na Câmara, que reuniu cerca de 250 guardas em protesto. O líder do governo na Casa, vereador Paulo Haddad (PSD-SP), recebeu os profissionais e se comprometeu a mediar.

“As reivindicações apresentadas nos parecem bastante justas e vamos levá-las ao Executivo para que seja aberto um diálogo e analisada a viabilidade, inclusive legal, destas demandas apresentadas pela GM”, declarou.

Segundo a comissão, o grupo foi formado após o encerramento das tratativas feitas tanto pela administração municipal, quanto pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC).

Para o colegiado, a interrupção das conversas é uma retaliação inadmissível, já que manifestações constituem um direito garantido pelo regime democrático de direito.

Reivindicações

A categoria solicita plano de carreira, porque hoje a ascensão hierárquica dos servidores depende de ações judiciais; aumen-

to salarial, pois a defasagem é de 20%, e garantia do ARV (Adicional de Risco de Vida), que equivale a 45% do soldo e é pago há 29 anos. Mas, a continuidade do benefício é questionada pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de que periculosidade é inerente à função.

Embates

Os agentes afirmam que o sindicato encaminhou apenas parte das demandas à prefeitura.

Mas, o STMC afirma ter apresentado de forma oficial cinco reivindicações, escolhidas pelos próprios guardas, relatando avanços parciais e uma reunião agendada para esta quarta-feira (24) com o secretário de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública de Campinas Christiano Biggi Dias.

A interlocução direta dos GMs com o governo foi interrompida pelo vice-prefeito Wanderley de Almeida, o Wandão (PSB-SP), responsável pelas negociações, após um protesto no Paço. Mas, segundo os guardas, a manifestação foi pacífica e organizada pelo WhatsApp, que é gerenciado pelo próprio comando da corporação.

A prefeitura confirma que a manifestação motivou a suspensão do diálogo, destaca investimentos recentes na corporação e informa que o projeto do plano de cargos está sendo finalizado.